

‘Funil que restringe mulheres na política está dentro dos partidos’, diz socióloga Fátima Jordão

Para Fátima Pacheco Jordão, maior representação feminina na política requer alterações nos mecanismos internos dos partidos, que favorecem antigas lideranças

[\(O Estado de S.Paulo, 31/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A subrepresentação feminina política, [mostrada pelo Estado em especial no último fim de semana](#), é consequência de regras partidárias que freiam a construção de novas lideranças femininas, dizem analistas ouvidas nesta quarta-feira, 31. Embora seja a maior da história, a [representação das mulheres nas Assembleias Legislativas dos Estados não passa de 15%](#)- o mesmo percentual da atual legislatura da Câmara dos Deputados.

Para a socióloga Fátima Pacheco Jordão, as estruturas internas dificultam o aumento da participação das mulheres, e deveriam ser alteradas. “O grande funil que restringe participação de mulheres na política está dentro dos partidos, não está na legislação, não está na capacidade da mulher. É uma questão efetivamente dos mecanismos internos dos partidos políticos, dos mais tradicionais até os mais recentes”, disse em entrevista à TV Estadão.

“A participação política da mulher no Brasil é uma das mais atrasadas da América do Sul. É uma questão dramática que segura o desenvolvimento social e econômico do País”, afirmou.

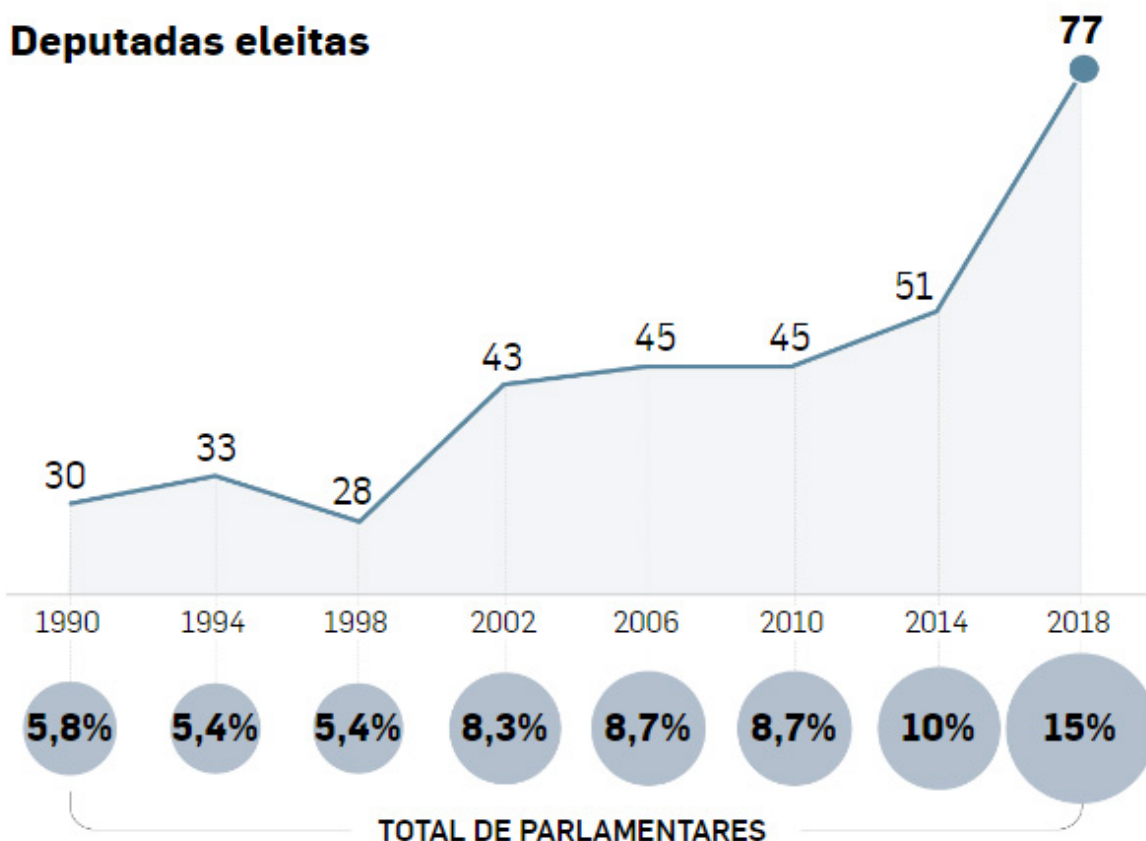
A professora da Universidade de Brasília (UnB) e presidente da Associação Brasileira de Ciência Política, Flávia Biroli, também critica a falta de democracia interna dos partidos políticos. “Quantas mulheres os partidos indicam para as secretarias estaduais? E para as municipais? Isso também

diz muito sobre como operam as barreiras informais que, na prática, comprometem a cidadania política das mulheres e reproduzem as desigualdades”, questiona.

As duas especialistas defendem uma reforma política que garanta uma quantidade mínima de assentos para mulheres no Congresso Nacional, nas Assembleias Estaduais e nas Câmaras de Vereadores. A [luta pelo aumento da participação feminina política é pauta da Comissão da Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara](#), que tem como objetivo conseguir 20% de assentos mínimos para representantes do sexo feminino.

Mulheres na câmara

Representação ao longo das legislaturas desde a redemocratização



Fonte: Câmara dos Deputados

Por Paulo Beraldo e Vinicius Passarelli, especial para O Estado

Mulheres estão na política há 100 anos no Brasil, mas os próprios partidos ainda são fortes obstáculos

(Dimalice Nunes/Agência Patrícia Galvão, 14/08/2016) A luta pelo voto feminino no Brasil começou em 1916, com o registro do primeiro pedido formal de direito ao voto para as mulheres. Cem anos depois, o Brasil amarga a 153ª posição no ranking da IPU (Inter-Parliamentary Union) de participação feminina no parlamento entre os 185 países listados, atrás de países como Serra Leoa, Somália, Iraque e Afeganistão. Como se a colocação em si já não fosse decepcionante, há retrocesso: o Brasil perdeu 32 posições depois da eleição de 2014. Hoje, há 16% de mulheres no Senado e apenas 9,9% na Câmara Federal. Considerando as Américas, o Brasil só está na frente de Haiti e Belize.

Leia também: [Mulheres são mais críticas e decidem o voto na última hora](#)
- [Estrutura partidária ainda impõe barreiras à entrada das mulheres na política](#)
- [Candidaturas e mídia estão desafiadas a pautar interesses das mulheres no debate eleitoral](#)

Nos municípios, que são considerados a principal porta de entrada para as mulheres na política, a situação não é melhor. Segundo dados do Ibam (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), nas eleições de 2012, 13% dos candidatos às prefeituras eram mulheres, que ficaram com 12% dos municípios. Para as Câmaras Municipais, mesmo resultado: 12% dos vereadores eleitos são mulheres, que eram 31% dos candidatos. “A gente não consegue romper essa barreira dos 12%. Esse número nos persegue de forma cruel mesmo quando há aumento do número de candidatas mulheres, como

vimos para as vagas de vereador na última eleição”, explica Adriana Vale Mota, socióloga e consultora do Ibmam. “Ainda temos uma representação que não corresponde à força e as contribuições das mulheres na sociedade brasileira. A participação das mulheres na vida pública é um dos pilares da democracia”, avalia Adriana. Os números são ainda piores no âmbito estadual: 11,4% nas assembleias legislativas, e 3,7% dos governos estaduais.



Adriana Mota, consultora do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (crédito: Géssica Brandino).

O machismo arraigado nos partidos e na vida pública afasta as mulheres com ambições políticas. Além de serem vistas apenas como um número para o preenchimento de cotas - desde 1997 é obrigatório que 30% das candidaturas de cada partido seja de um dos sexos. Mas essa determinação legal só passou a ser respeitada em 2012 pelos partidos. As mulheres que decidem brigar em pé de igualdade com os homens no ambiente político e partidário são invariavelmente vítimas de intenso preconceito e violência . “E a violência na política é diferente contra homens e mulheres. Enquanto com os homens a violência é física e até mesmo letal, contra as mulheres ela é simbólica, é uma violência que se disfarça de muitas formas e a Justiça não

tem uma resposta para isso”, explica Adriana. De acordo com estimativas de estudiosos, caso não haja mudança na legislação eleitoral brasileira a equidade entre homens e mulheres só será alcançada no Brasil em 150 anos.

Para o cientista político da Universidade de Brasília (UnB) Luis Felipe Miguel, especialista em participação feminina na política, as mulheres vivem uma “corrida de obstáculos” para chegarem a cargos eletivos e alcançarem novos lugares na vida pública. Assim como para muitos homens, a carreira política geralmente começa na vereança, mas o gargalo a ser atravessado para avançar é ainda mais apertado para as mulheres do que o enfrentado pelos homens. Muitas carreiras políticas femininas se encerram no âmbito municipal. “Isso se explica em boa parte pela divisão sexual do trabalho. A vantagem no município é a proximidade da unidade familiar, o que explica também uma maior presença feminina em cidades pequenas”, afirma Luis Felipe.



Luis Felipe Miguel (crédito: Géssica Brandino).

Segundo o especialista, “o regime é formalmente igualitário, mas com ônus muito diferentes para homens e mulheres”. Ele lembra que itens como falta de creches ou escolas em período integral, por exemplo, limitam a participação das mulheres na vida pública. Além disso, dificilmente um homem que parte em busca de uma carreira pública na capital do seu estado ou em Brasília será questionado sobre os cuidados com os filhos ou sobre administração doméstica. As mulheres serão. E além de questionadas, terão dificuldade, ou a impossibilidade, de obterem o apoio necessário.

Para além dos números

As cotas colaboram com uma maior presença feminina na política, mas incentivam candidaturas pouco competitivas na visão de Luis Felipe. Candidatas “laranja” – lançadas apenas para o preenchimento das cotas – ainda são comuns e não há uma fiscalização efetiva do cumprimento dessas cotas. A lei de cotas só foi plenamente cumprida, em número, no pleito de 2014. “Os espaços de poder formal importam e os partidos ainda têm o monopólio desse acesso.”

O controle masculino da máquina partidária se mostra também na diferença entre as eleições para cargos representativos – onde valem as cotas – e majoritários, sem cotas. Basta comparar a presença de mulheres no Senado (16%) e nos governos dos estados (3,7%). “As mulheres não conseguem penetrar nesses espaços. Há um poder simbólico que quer mostrar o tempo todo que o espaço da política é só para homens”, completa Miguel.

Para Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão, “o convite para que mulheres se candidatem é só para preencher a cota. Em geral os partidos convidam na última hora mulheres que não têm chance eleitoral”, afirma. “Sem apoio, é tão difícil o processo de campanha dessas candidatas que a maioria não volta a se candidatar, conclui.



Fátima Pacheco Jordão (crédito: Géssica Brandino)

As pesquisas e as urnas, muitas vezes, provam o quanto os partidos estão dissociados da realidade da sociedade. Para Fátima Jordão, socióloga e

especialista em pesquisas de opinião e campanhas políticas, a imagem das mulheres candidatas tende a ser mais positiva para o eleitorado do que a dos homens. É frequente que elas sejam mais associadas a palavras como honestidade e ética. “Há uma força real das mulheres que os partidos ainda teimam em ignorar. Haverá mais candidatas esse ano pela força da lei eleitoral, mas os partidos aos poucos também começam a perceber essa força.”

Além da fiscalização do que a lei já determina, Adriana, do Ibam, acredita que é necessário que uma proposta de reforma política contemple de fato a perspectiva de gênero. Para ela, regras devem viabilizar a criação de cotas para mulheres eleitas, aquelas que de fato ocuparão os espaços políticos. Isto é, exigir de cada partido ou coligação o percentual, por exemplo, de no mínimo 30% de eleitas por sexo e não mais de 30% de candidaturas por sexo.

A ideia tem respaldo popular. Em pesquisa de percepção realizada pelo Ibope e pelo Instituto Patrícia Galvão, 80% dos entrevistados defendem a obrigatoriedade de participação de 50% de mulheres no Legislativo e 74% acreditam que só há democracia de fato com a presença de mais mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão. Quanto aos partidos, 78% dos entrevistados concordam que eles deveriam apresentar listas de candidatos compostas por metade homens e metade mulheres e 73% dos entrevistados defendem punição no descumprimento disso.

Debates & Provocações
ÉPOCA/FAAP discute cotas para

mulheres na política

(Época, 12/11/2015) O debate trará a jornalista Ana Carolina Nunes, a especialista em pesquisas eleitorais Fátima Jordão e a repórter de política de ÉPOCA Flávia Tavares

As cotas para mulheres na política serão o tema da oitava edição do Debates & Provocações. O evento ocorrerá na próxima terça-feira, 17 de novembro, às 10h, no auditório da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), com entrada gratuita e transmissão ao vivo pela TV FAAP (www.faap.br/tvfaap/). Comentários e perguntas podem ser enviados pelo campo abaixo ou pelas redes sociais de ÉPOCA.

A socióloga especialista em pesquisas eleitorais Fátima Jordão, a jornalista Ana Carolina Nunes e a repórter de ÉPOCA Flávia Tavares discutirão as alternativas para aumentar a participação feminina na política. A mediação será feita por Edilamar Galvão, coordenadora do curso de pós-graduação em Jornalismo Cultural na FAAP.

Sobre o tema

Em junho, deputados rejeitaram uma emenda que estabeleceria uma cota para mulheres nas eleições. Dois meses depois, uma nova Proposta de Emenda à Constituição (PEC) aguarda votação na Câmara após ser aprovada no Senado. Se aceita, a PEC 98/2015 estabelecerá um número mínimo de parlamentares do sexo feminino no Poder Legislativo.

As mulheres são hoje 52% da população brasileira, mas sua representatividade na política é bem menor. Nas eleições de 2014, somente 51 das 513 vagas na Câmara dos Deputados foram ocupadas por parlamentares do sexo feminino, enquanto no Senado foram eleitas 13 candidatas para 81 cadeiras disponíveis.

A cota para mulheres é capaz de aumentar a representatividade feminina na política? Essa é a melhor alternativa para resolver o problema da baixa participação feminina? Essas serão algumas das questões abordadas nessa edição de Debates & Provocações.

As debatedoras

Ana Carolina Nunes é ativista de causas feministas, mestranda em políticas públicas na Universidade Federal do ABC (UFABC) e jornalista formada pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).

Fátima Pacheco Jordão é socióloga e especialista em pesquisa eleitoral. É conselheira do Instituto Vladimir Herzog e uma das fundadoras do Instituto Patrícia Galvão.

Flávia Tavares é repórter de política de ÉPOCA.

Edilamar Galvão é coordenadora do curso de pós-graduação em Jornalismo Cultural na FAAP, doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, jornalista e poeta.

A série Debates & Provocações

Este será o oitavo evento Debates & Provocações promovido por ÉPOCA em 2015. O primeiro ocorreu em maio, em parceria com a FAAP, e discutiu propostas de redução da maioria penal. No mês seguinte, também em parceria com a FAAP, o tema foi o Estatuto da Família. Em julho, o Debates & Provocações, promovido por ÉPOCA em parceria com o Rio Academy, fez parte do Fórum Internacional de Arquitetura e Urbanismo, abordando a redução do espaço para carros nas cidades. Em agosto, novamente com a FAAP, o debate foi sobre a violência obstétrica. Em setembro, também com a FAAP, o tema foi a descriminalização das drogas. No mês passado, foram duas edições: em parceria com o Insper, o evento discutiu o papel do Estado na economia e, junto com a FAAP, abordou o tema Cidade do Futuro.

Acompanhe nesta página os artigos, reportagens e anúncios de novos eventos da série Debates & Provocações.

Acompanhe nesta página os artigos, reportagens e anúncios de novos eventos da série Debates & Provocações.

DEBATES

&

PROVOCAÇÕES

TEMA

“MULHERES NA POLÍTICA”

DATA

17 DE NOVEMBRO

HORÁRIO

10H

LOCAL

AUDITÓRIO DA FAAP

DEBATEDORES

ANA CAROLINA NUNES

FÁTIMA JORDÃO

FLÁVIA TAVARES

ÉPOCA

 **FAAP**
Desde 1947

Acesse no site de origem: [Debates & Provoações ÉPOCA/FAAP discute cotas para mulheres na política \(Época, 12/11/2015\)](#)

Instituto Patrícia Galvão prepara ação de diálogo com a mídia sobre a violência contra as mulheres

(Agência Patrícia Galvão, 18/08/2014) Com apoio do Fundo Elas e do Instituto Avon, o Patrícia Galvão quer promover debates entre comunicadores e especialistas e subsidiar o trabalho da mídia com dados e fontes sobre as violações aos direitos das mulheres

A violência de gênero é o assunto que mais atrai a atenção da imprensa no país dentre os temas da agenda das mulheres. No entanto, a forma como o problema é abordado mostra a necessidade de aprofundamento, que inclui contextualização e entendimento das desigualdades nas relações de gênero. Tendo em vista que a mídia tem papel crucial na implementação e efetivação de políticas públicas, o Instituto Patrícia Galvão inscreveu o projeto ***Por uma cobertura jornalística contextualizada, crítica e aprofundada sobre violência contra as mulheres e a aplicação da Lei Maria da Penha*** na 19ª edição do Fundo Fale Sem Medo. A proposta foi uma das 31 selecionadas para receber investimento do fundo, uma iniciativa do Fundo Elas em parceria com o Instituto Avon.

O objetivo do Instituto Patrícia Galvão é contribuir para o aprofundamento do debate sobre a violência contra as mulheres e a aplicação da Lei Maria da Penha nos meios de comunicação tradicionais e nas redes sociais, por meio da sistematização e disponibilização de dados, informações e análises estratégicas, além da sensibilização de profissionais de comunicação sobre a realidade e complexidade do problema.

A proposta é que o debate com a imprensa desperte um sentido de urgência

do compromisso da mídia para exercer cada vez mais seu papel de pressionar e fiscalizar as ações do Estado na implementação da Lei Maria da Penha e, ao mesmo tempo, assumir no debate público uma posição editorial de não tolerância com a violência contra as mulheres.

Dossiê multimídia sobre violência contra as mulheres

O projeto a ser desenvolvido prevê a produção de um dossiê multimídia com dados oficiais atualizados, pesquisas de opinião e estatísticas demográficas comentadas por especialistas. Também será disponibilizada uma lista de contatos de operadores do Direito, pesquisadores, delegadas de DEAMs, gestores e ativistas dos movimentos sociais de mulheres das diversas regiões do país, a fim de facilitar a busca de fontes qualificadas para a produção de reportagens sobre o tema.

Diálogo entre jornalistas, especialistas, pesquisadoras, gestoras e ativistas feministas

A ação também inclui uma série de painéis temáticos voltados ao diálogo com jornalistas e comunicadores em geral. Nesses eventos, especialistas, gestores, pesquisadores e operadores do Direito debaterão com profissionais da comunicação a importância da perspectiva de gênero e de direitos humanos na cobertura do tema da violência contra as mulheres.

As atividades estão em fase de planejamento. A execução acontecerá entre fevereiro e novembro de 2015. Para a editora da Agência de Notícias Patrícia Galvão, Marisa Sanematsu, a experiência do Instituto em promover diálogos com jornalistas na perspectiva de defesa dos direitos das mulheres ao longo dos últimos anos coloca boas perspectivas para o desenvolvimento do projeto. “Desde sua criação, o Instituto Patrícia Galvão vem se dedicando ao tema da violência de gênero sob a perspectiva da comunicação. Para isso, tem realizado estudos, pesquisas de opinião e eventos que mostram que a mídia é sensível ao tema mas sua abordagem ainda é muito superficial. Por isso é preciso subsidiar esse trabalho com dados e fontes qualificadas para que os meios de comunicação possam de fato contribuir não só para dar visibilidade à gravidade da violência contra as mulheres, mas também para mostrar sua complexidade e as saídas que existem para a superação do

problema”, afirma Marisa, que ressalta também que a questão não é apenas uma responsabilidade da Segurança Pública e da Justiça, mas de toda a sociedade, e os meios de comunicação podem e têm o dever de contribuir para o enfrentamento dessa grave forma de violência, que no Brasil já atingiu proporção de uma epidemia.

O papel social da mídia no enfrentamento à violência de gênero

A iniciativa surgiu da avaliação do Instituto sobre a cobertura jornalística de temas relacionados à agenda de direitos das mulheres. Há dez anos o Patrícia Galvão - Mídia e Direitos desenvolve um trabalho de monitoramento de mídia e esse acompanhamento mostrou que, embora destacado, o tratamento da violência contra as mulheres ainda é descontextualizado e superficial.

Saiba mais: [Violência contra a mulher: estudo revela predominância de viés policiais na cobertura noticiosa do tema](#)

“Há uma excessiva concentração da cobertura sobre violência de gênero em reportagens de caráter policial, que carecem de contextualização e problematização. As matérias em geral destacam detalhes sobre os resultados físicos da violência e as circunstâncias em que foi cometida sem agregar análises sobre as relações desiguais de poder entre homens e mulheres”, aponta a diretora executiva do Instituto, Jacira Melo, que destaca também a pouca atenção do jornalismo à legislação relacionada aos direitos das mulheres. “Verifica-se um baixo investimento em entrevistas com especialistas - gestoras de serviços de atenção a mulheres, ativistas feministas, pesquisadoras e operadores dos sistemas de Segurança Pública e Justiça. E na maioria absoluta das reportagens e matérias está ausente a necessária crítica às políticas públicas de segurança e de assistência psicossocial e jurídica às vítimas. Não se discutem as responsabilidades dos governos locais pela escassez de serviços e nem se cobra o apoio de infraestrutura e recursos pelos quais os governos estaduais e federal são legalmente responsáveis”.

Outro problema verificado pelo Instituto Patrícia Galvão na abordagem midiática é o desconhecimento em relação aos dispositivos legais que poderiam assegurar às mulheres o pleno acesso à Justiça, especialmente

sobre a Lei Maria na Penha. “Diversas pesquisas já mostraram que a maioria absoluta - entre 92% a 99% - da população declara conhecer a Lei Maria da Penha, mas não o seu conteúdo. É preciso divulgar mais os instrumentos da Lei que garantem a segurança e os direitos das mulheres, como as medidas protetivas de urgência, a estabilidade no emprego e a assistência jurídica e psicossocial”, afirma Marisa Sanematsu.

Parceria

O Fundo de Investimento Social Elas é uma iniciativa de empresas e organizações que financia ações para o protagonismo de mulheres. E pela primeira vez, em conjunto com o Fundo Fale Sem Medo e apoio da ONU Mulheres e da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, selecionou projetos de grupos e organizações da sociedade civil que trabalham para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

O Fale Sem Medo é uma iniciativa do Instituto Avon que funciona com aportes da empresa e de parte dos valores dos produtos adquiridos pelas consumidoras e consumidores da marca, para financiamento de iniciativas de combate à violência contra as mulheres. Neste ano, o 19º edital destinará R\$ 3,1 milhões de reais para projetos diversos.

O Instituto Patrícia Galvão



Seminário 'Mídia e Mulheres na Política', realizado pelo Instituto Patrícia Galvão em 2010. À mesa, Eliane Cantanhêde (Folha de S.Paulo), Claudia Belfort (Jornal da Tarde), Lurdinha Rodrigues (Instituto Patrícia Galvão), Luiz Rila (O Estado de S.Paulo) e Céli Pinto (UFRGS).

Organização da sociedade civil fundada em 2001 com a missão de contribuir para a qualificação da cobertura jornalística sobre violações dos direitos das mulheres brasileiras, o Instituto Patrícia Galvão atua para influenciar o debate público a fim de demandar respostas do Estado e mudanças na sociedade e na própria mídia. Desde 2009 o Instituto mantém a Agência de Notícias Patrícia Galvão, que divulga eletronicamente pesquisas, fontes e informações, além de compilar material produzido pelos meios de comunicação do país sobre temas críticos para as mulheres.

O Instituto também é a organização promotora de vários debates com jornalistas e especialistas sobre temas da agenda das mulheres, entre eles o ciclo de seminários 'A Mulher e a Mídia', que em oito edições reuniu nomes como Cristiana Lôbo, Luiza Erundina, Eliane Cantanhêde, Marta Suplicy, Claudia Belfort, Laura Capriglione, Taís Ladeira, Rodrigo Vianna, Teresa Cruvinel, José Eustáquio Diniz Alves, Gustavo Venturi, Fátima Jordão, Renato

Meirelles, Denise Viola, Dênnis Oliveira, Ivana Bentes, Edson Lopes Cardoso, Sérgio Amadeu e outros.

Jornalistas e comunicadores em geral interessados em receber informações e acompanhar o desenvolvimento do projeto podem se cadastrar diretamente na página da Agência ou enviar e-mail para contato@patriciagalvao.org.br.

92% dos brasileiros acreditam que agressões frequentes contra a mulher podem terminar em assassinato

(Data Popular/Agência Patrícia Galvão, 14/04/2014) No estudo, no qual 1.500 pessoas foram ouvidas nas 5 regiões do país em maio de 2013, 88% dos entrevistados consideram que os assassinatos de mulheres por parceiros aumentaram nos últimos cinco anos, e 91% acreditam que, atualmente, esses crimes são mais cruéis e violentos

Sejam velados ou explícitos, os casos de violência doméstica contra a mulher brasileira mostram um cenário alarmante, que nos últimos dias ganhou mais notoriedade. Pesquisa realizada em maio do ano passado pelo Instituto Data Popular, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão, mostra que 92% de homens e mulheres acreditam que as agressões contra a mulher, quando ocorrem frequentemente, podem terminar em assassinato. Os entrevistados também responderam à pergunta: mulher que apanha é porque provoca? O resultado mostrou que 65% discordaram da frase, 17% concordaram e os demais não se posicionaram.

No estudo, que capta a percepção de homens e mulheres sobre o cenário de violência doméstica no que diz respeito aos assassinatos de mulheres por

seus parceiros ou ex-parceiros, 85% de homens e mulheres concordam que as mulheres que denunciam seus agressores correm mais riscos de serem assassinadas por eles. “A pesquisa mostra que a violência contra a mulher é uma questão que preocupa a população e que, na percepção dos entrevistados, vem crescendo. A maioria acredita que os crimes contra as mulheres aumentaram nos últimos cinco anos. É um cenário que precisa urgentemente ser revertido”, afirma Renato Meirelles, presidente do Instituto Data Popular.

Entre as principais razões para a mulher não se separar do agressor, 66% acreditam que a mulher tem vergonha de que outras pessoas saibam que ela sofre violência, enquanto 58% acham que a mulher tem medo de ser assassinada se terminar a relação. Para 43%, o fim do relacionamento é visto como o momento de maior risco à mulher que sofre agressão.

Na pesquisa, 88% dos entrevistados consideram que os assassinatos de mulheres por parceiros aumentaram nos últimos cinco anos, e 91% acreditam que, atualmente, os assassinatos de mulheres são mais cruéis e violentos.

Mais inseguras dentro de casa

Outro dado que chama a atenção é que metade da população considera que a mulher se sente mais insegura dentro de casa, sendo que a cada 10 brasileiros, sete acreditam que a mulher sofre mais violência no ambiente doméstico. A pesquisa mostra que 56% da população - ou seja, 67 milhões de pessoas - conhecem um homem que já agrediu uma parceira. Já 54% dos entrevistados declararam conhecer ao menos uma mulher que já foi vítima de violência do parceiro ou ex-parceiro. Para 69%, os casos de violência não ocorrem apenas em famílias pobres.

Para 86% dos homens e mulheres, quem ama não bate. Já 9% acham que bater na parceira não deveria ser considerado crime, enquanto 86% concordam que agressão contra a mulher deve ser denunciada à polícia. O levantamento mostra, ainda, que, quando o assunto é a busca por ajuda, 31% das mulheres conhecem uma mulher que já utilizou algum serviço de apoio, sendo que 97% indicariam a segurança pública como serviço de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica.

Também para 86% dos entrevistados, as mulheres passaram a denunciar mais os casos de violência doméstica após a Lei Maria da Penha, mas a metade da população ainda considera que o modo como a Justiça pune esses casos não é eficiente para reduzir essa violência.

Acesse [aqui](#) a íntegra da pesquisa, realizada para a [Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha](#).

Sugestões de fontes



Fátima Pacheco Jordão

Socióloga especialista em pesquisas de opinião

fpjordao@uol.com.br

(11) 96063.5445 / 3824.0695

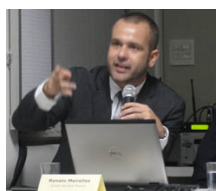


Jacira Melo

Diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão

jaciramelo@uol.com.br

(11) 3262.2452 / 3266.5434 / 97619.9076 (Ascom)



Renato Meirelles

Diretor do Data Popular

Ascom: (11) 3218.2222/ 2950.2849

Jornalistas Responsáveis: Ana Paula Soares

(ana@encasocomunicacao.com.br) e Luciana Silva

(luciana@encasocomunicacao.com.br)